

2 Pressupostos Teóricos e Metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, buscamos base teórica em conceitos da Antropologia, do Interculturalismo e da Pragmática. Estas três áreas, unidas à teoria da Gramática Funcional de Halliday, possibilitarão uma análise mais cuidadosa dos dados coletados.

2.1 Conceitos da Antropologia

Dentro da Antropologia, podemos encontrar conceitos úteis para o trabalho com vocativos e a relação das escolhas lexicais, levando em consideração a interface entre tais questões. Nesta seção, exploraremos conceitos como os de casa e rua, indivíduo e pessoa, igualdade e hierarquia (DaMatta, 1997); e os de *face* e *self* (Goffman, 1967; Brown e Levinson, 1987).

2.1.1 Dicotomias de DaMatta

Nesta seção, apresentamos algumas dicotomias antropológicas propostas por DaMatta (1997), a respeito da presença dos seres humanos na sociedade e sua conseqüente – e necessária – interação cotidiana.

A primeira dicotomia que consideramos importante apresentar é casa/rua. Tal oposição demarca dois universos sociais distintos. No âmbito da *casa* temos um maior controle das relações sociais e, com isso, uma maior intimidade e menor distância social. Aspectos como a familiaridade e a hospitalidade permeiam tal contexto em nosso cotidiano.

Por outro lado, o espaço da *rua* implica afastamento e falta de controle. O mundo, seus imprevistos e sua dinâmica, onde o básico é o engano, a decepção.

DaMatta lembra que, em tal espaço, é preciso cuidado para não violar normas, nem tampouco as hierarquias não sabidas ou não percebidas, uma vez que se trata de um contexto em que predomina uma luta contra todos, até que uma forma de hierarquização surja e implemente a ordem.

Observa-se, porém, que há sociedades que admitem uma espécie de “transição” entre estes dois âmbitos sociológicos e que se complementam e compensam uma à outra. A rua pode ser vista e manipulada como se fosse um tipo de prolongamento da casa, enquanto espaços da casa podem ser percebidos, em certas situações, como parte da rua.

Podemos sugerir que existem situações na casa que se prolonga na rua e na cidade, de tal modo que o mundo social e centralizado pela metáfora doméstica. Por outro lado, teríamos situações inversas quando a rua e seus valores tendem a penetrar no mundo privado das residências, com o mundo da casa sendo integrado pela metáfora da vida pública. E teríamos ainda situações onde os dois mundos se relacionam por meio de uma ‘dupla metáfora’, com o doméstico invadindo o público e, por sua vez, sendo por ele invadido. E aqui a sociedade acaba por criar um espaço e um tempo especial, verdadeiramente intermediário entre a intimidade a casa e a respeitabilidade da rua.

(DaMatta, 1997 [1979]: 101-102)

Ao seguirmos tal raciocínio, observamos que a sociedade brasileira está inserida em uma cultura que parece buscar com a mistura e a força mediadora, um equilíbrio que transforma alteridades em ajustes. Isso se torna bastante nítido na relação entre esses dois âmbitos com outra dicotomia: indivíduo/pessoa.

Segundo DaMatta (1997), essas são as características diferenciadoras de pessoa e indivíduo.

<i>Indivíduo</i>	<i>Pessoa</i>
Livre, tem direito a um espaço próprio.	Preso à totalidade social à qual se vincula de modo desnecessário.
Igual a todos os outros	Complementar aos outros.
Tem escolhas, que são vistas como seus direitos fundamentais.	Não tem escolhas.
Tem emoções particulares.	
A consciência é individual.	A consciência é social (isto é, totalidade tem precedência).

A amizade é básica no relacionamento = escolhas.	A amizade é residual e juridicamente definida.
O romance e a novela íntima, individualista (obra do autor), são essenciais.	A mitologia, as reformulações paradigmáticas do mundo são básicas como formas de expressão.
Faz as regras do mundo onde vive.	Recebe as regras do mundo onde vive.
Não há mediação entre ele e o todo.	A segmentação é a norma.

Essa oposição de características e, conseqüentemente, de papéis sociais, encontra-se bastante ligada aos contextos de casa e rua; e assim, notamos que o modo como essas realidades se entrelaçam depende diretamente de fatores relativos aos costumes e às normas de cada cultura. Pode-se também encontrar ligação de ambas as dicotomias com a relação entre igualdade e hierarquia, uma vez que tais parâmetros influenciam a comunicação de forma muito marcante, embora na maior parte do tempo não atentemos para isso conscientemente.

Segundo o modelo proposto por DaMatta (1997[1979]), o conceito de igualdade se relaciona às características do indivíduo, ao passo em que o de hierarquia está ligado à noção de pessoa. Como indivíduos, exigimos direitos iguais, aplicação de leis e regulamentos, ou seja, a ordem. Como pessoas, sabemos que todo sujeito conhece seu próprio lugar na sociedade e que existe pouca, ou quase nenhuma igualdade de poder; portanto, o princípio da hierarquia é sempre aplicado, mesmo variando em níveis de intensidade.

Para Hofstede (1991), no que diz respeito ao tratamento no local de trabalho em sociedades com menor distância de poder, a hierarquia significa igualdade de poder, estabelecida por conveniência; os subordinados esperam ser consultados e o chefe ideal é democrático. Em contrapartida, em sociedades com maior distância de poder, hierarquia significa desigualdade existencial, os subordinados esperam receber ordens sobre o que fazer e o chefe ideal é um autocrata benevolente (um bom pai).

As culturas apresentam um léxico revelador de emoções, possível também de ser observado no discurso. Nossos próprios sentimentos em relação aos outros sempre envolvem um processo de interação e, neste, a dimensão emocional envolve sentimentos antitéticos como vergonha e orgulho.

Para um aprendiz de PL2E, que ainda não apresenta domínio da relação entre as emoções e o discurso marcados na cultura alvo, a percepção da ambigüidade, possivelmente presente através de marcadores paralingüísticos, constitui-se em um obstáculo no processo de aprendizagem da língua. Não sendo capaz de “ler” e interpretar tais mensagens implícitas nos marcadores paralingüísticos indicadores de emoção no português falado no Brasil, o aprendiz pode ser considerado, pelos brasileiros, como mal-educado, frio, entre outros aspectos de valor negativo na construção de uma identidade social. Importante ressaltar, ainda, que emoções não podem ser vistas como comungadas universalmente. A experiência das emoções, seu peso, sua importância e significado são moldados pela cultura.

2.1.2 **Conceitos de face e *self***

O conceito de face desenvolvido por Goffman (1967) demonstrou que a preservação da face é um aspecto marcante e condição da interação. Ele aponta para o fato de vivermos em um mundo de encontros sociais, que nos leva ao contato face a face, ou mediado, com outros participantes. Sobre *face*, explica o autor:

... embora possa ser o que ela possui de mais pessoal, o centro de segurança e prazer, na verdade, trata-se apenas de um empréstimo que lhe foi feito pela sociedade. Mas a mesma pode ser retirada de uma pessoa. (Idem, 1967, p.81)

Brown e Levinson (1987) pretendiam, inicialmente, identificar quais seriam os universais da linguagem em uso, relacionados à polidez. Acreditavam que um dos problemas da convivência humana era a expressão inadequada, sem o grau de tato exigido, e as conseqüências, muitas vezes desastrosas, que elas podem causar. Segundo os autores, no contexto interacional, o conceito de *face* consiste no desejo dos interactantes de não terem impostas suas próprias ações e de serem aprovados nas mesmas.

A face é a própria imagem que cada interactante reivindica para si mesmo, constituindo-se, por um lado, pela liberdade de ação e da imposição e, por outro, pelo desejo de aprovação e de apreciação de sua imagem pelos participantes da interação.

(Brown e Levinson; In: Albuquerque, 2003, p.22).

Uma possível interpretação da polidez seguindo o trabalho de Brown e Levinson (1987) é entendê-la como a ação lingüística que retifica a face do falante e do ouvinte, um sistema que possibilita que o falante minimize a ameaça à face de quaisquer dos envolvidos na interação, visando evitar o conflito entre as partes, ou amenizar a comunicação caso haja um risco de confronto devido ao conteúdo da mensagem.

Segundo os autores, pode-se afirmar que *polidez* é colocar as coisas de tal maneira que se levem em conta os sentimentos do ouvinte; ou seja, que se considere – não só lingüisticamente – como a mensagem será recebida, positiva ou negativamente. A polidez positiva pode ser entendida como qualquer esforço para ir ao encontro das necessidades da face positiva; de modo contrário, a polidez negativa é qualquer ameaça aos desejos da face negativa.

Os fatores responsáveis por influenciar a constituição do processo discursivo de preservação ou de ameaça à face do outro variam de sociedade para sociedade. Tais valores estão relacionados diretamente a idéias sobre natureza da *persona* social (indivíduo). Tudo influencia o posicionamento do indivíduo perante os demais.

A preferência organizacional dos atos de fala definidos pelos interactantes tem direta ligação com as estratégias de preservação da *face*. Em geral, nota-se que, quando um ato de fala é culturalmente esperado, ocorre o que Brown e Levinson (1987) chamam de “preferred” (atos estruturalmente não-marcados). No entanto, se não é esperado, ocorre o ato “despreferred” e, por isso, estruturalmente marcado. A discordância, por exemplo, em contexto em que a concordância é preferida, corresponde a um ato de ameaça à face na maior parte das culturas. Em geral, na cultura brasileira, evitamos discordar um do outro sempre que possível.

Ainda com relação à conceituação de *face*, Albuquerque (2003), citando Lim (1994), afirma que vários aspectos encontram-se envolvidos:

- ser um construto social – a face é pública; é a imagem tida pelos outros;
- ser uma imagem projetada – a face pode ou não corresponder à avaliação que é feita do *self* real;
- envolver variabilidade social – os valores sociais reivindicados variam de acordo com sociedade ou cada grupo; o que é positivo em uma cultura pode não o ser em outra.

São apontados três desejos básicos universais de *face*, segundo Lim (1994):

- a) autonomia (envolve valores como a auto-suficiência, independência e maturidade);
- b) camaradagem (envolve valores como amizade e cooperação; inclui o desejo de fazer parte, ser membro de um grupo) e,
- c) competência (envolve valores como conhecimento, sabedoria e experiência).

É possível perceber, dessa maneira, que a *face* representa a própria imagem do *self* ou, em outras palavras, do sentimento de quem somos (ou cremos ser), socialmente e em personalidade.

O senso de individualidade que acompanha a construção do *self* independente apresenta um sentido individualista, autônomo e egocêntrico. Sendo assim, o *self* é organizado e construído com base no repertório interno de suas próprias idéias, sentimentos e ações.

Por outro lado, na construção do *self* interdependente, o senso de individualidade que o acompanha inclui atenção e responsabilidade com o outro. O indivíduo torna-se pleno quando se adapta ou ocupa seu lugar no contexto social. Nos relacionamentos interpessoais, o mais importante é considerar os pensamentos, sentimentos e ações do outro.

Tais noções de *face* e *self* são de grande importância na investigação sobre escolhas de estratégias discursivas utilizadas durante a construção de justificativas para falhas, contexto em que o indivíduo encontra-se em situação de ‘erro’, o que compromete valores e sua imagem. Por tal motivo, existem os chamados

“princípios de polidez”. Segundo Brown e Levinson (1987), os princípios de polidez, tanto positiva quanto negativa, estão ligados às situações de ameaça à face. Os autores afirmam que há três fatores sociológicos que interferem na escolha das estratégias lingüísticas. A partir de tais fatores, os falantes fazem uso de itens de seu repertório lexical para melhor adequarem-se aos contextos em que se encontram. São eles:

- a) o poder do falante sobre o ouvinte;
- b) distância social entre falante e ouvinte;
- c) grau de imposição envolvido no ato de ameaça à face.

2.2

Conceitos do Interculturalismo

Tendo em vista a abordagem adotada neste trabalho, que lida com a questão cultural na utilização de vocativos, consideramos apropriado apresentarmos alguns conceitos relacionados a essa área.

Acreditamos que o ensino de uma língua estrangeira deve estar envolvido tanto em uma preocupação quanto também um esforço a fim de ressaltar o fato de que cada grupo social, independentemente de sua dimensão, possui costumes e tradições particulares. Estas, entretanto, nem sempre são bem compreendidas por membros de outros grupos, já que o ser humano possui uma forte tendência a perceber o mundo por meio da própria cultura, e a partir disso, considerar o seu modo de vida como o mais correto e parâmetro para que julgue os demais.

Desta forma, é preciso que se pense e reflita, cada vez mais, acerca da questão do papel da língua estrangeira, como afirma Meyer (2003), “que a língua estrangeira seja tratada como um instrumento de conscientização das diferenças culturais, proporcionando, portanto, um melhor entendimento entre os povos, como um agente disseminador de tolerância entre os diferentes”

Benjamin Lee-Whorf (1978) afirmava que a língua reflete a perspectiva da visão de mundo e os conseqüentes estilos de comportamento de seus falantes

nativos, mas que também condiciona a continuarem presos ou reféns de sua maneira de ser e pensar. Em outras palavras, o modo de pensar de uma sociedade reflete-se, inevitavelmente, em sua língua; e esta influencia, de certa maneira, a sociedade a perpetuar sua percepção de mundo, como em um ciclo constante.

Muitas são as definições do termo *cultura*, mas neste trabalho, o termo *cultura* é adotado como uma união daquilo que se conhece por *cultura objetiva* (arte, música, literatura, além de sistemas sociais, econômicos, políticos, e lingüísticos etc), ao que chamamos de *cultura subjetiva*, menos óbvia, referentes aos traços psicológicos e mais abstratos (valores, crenças etc) que definem um grupo de pessoas, seus pensamentos e comportamentos diários.

Enquanto a visão tradicional do ensino de língua estrangeira tende a focalizar apenas o lado objetivo ou concreto da cultura, levando em consideração somente o aspecto estrutural da língua, a perspectiva dos interculturalistas atenta predominantemente para os componentes subjetivos da cultura. Dessa maneira, preocupam-se mais com o uso da língua em situações de uso real, do que com sua estrutura propriamente. Dentre várias questões, estudam, por exemplo, como certo comportamento não-verbal de determinado grupo social pode culturalmente influenciar (e modificar) sua língua, e como padrões de pensamento são perceptíveis nos diversos estilos particulares de comunicação (Bennet, 1998, p.4).

Além de pesquisar como a realidade é definida e julgada através de valores culturais, eles mostram ao mundo como o entendimento da cultura subjetiva dos falantes de certa comunidade lingüística cuja língua se quer aprender e com a qual se quer interagir pode ajudar no desenvolvimento de habilidades de adaptação cultural e na comunicação intercultural. (Bennet, 1998, p.18)

O autor vai além, afirmando que a compreensão da parcela *subjetiva* mais provavelmente nos levará a uma competência intercultural, uma vez que, apenas saber a história de determinada cultura pode nos dar conhecimento, mas isso dificilmente permitirá uma comunicação intercultural satisfatória. No que diz respeito à influência na educação, pode-se dizer que interculturalistas preocupam-se com o uso da língua em relações de cruzamento cultural e não com a estrutura lingüística em si. “Pode-se saber muito sobre a história de uma cultura e ainda assim não se estar apto para se comunicar com um de seus indivíduos integrantes” (Bennet, 1998, p.3).

Ao discutirmos aqui a questão dos vocativos, é imprescindível que se discuta também o papel e a influência da cultura¹ dos falantes nas suas decisões lingüísticas e comunicativas. Para quem está inserido em determinado contexto cultural, pode parecer um tanto quanto óbvia (embora muitas vezes não seja) a utilização dos vocativos nos mais variados contextos, nas suas mais variadas modalidades. No entanto, para um indivíduo de outro grupo cultural, é algo de bastante complexidade e, por isso mesmo, necessita de atenção a fim de evitar o uso inapropriado. Não faltam exemplos das conseqüências (muitas vezes constrangedoras) de usos incorretos de vocativos. É possível que haja, desde um leve e simples estranhamento por parte do ouvinte, até uma sensação mais forte, no nível do constrangimento.

Tendo em vista o que foi exposto até aqui, é de extrema importância que o professor de qualquer língua estrangeira aproveite todas as oportunidades disponíveis para que consiga transmitir a seus alunos, aspectos da cultura subjetiva dos falantes nativos dessa língua, a fim de que os aprendizes compreendam a realidade e a dinâmica da vida do outro, facilitando assim, uma real comunicação intercultural.

Bennet (1998) acrescenta, então, que se desejamos que alguém compreenda a mensagem que enviamos, é preciso que estejamos atentos para os valores culturais da sociedade com a qual desejamos nos comunicar. Essa forma de preocupação e adaptação significa realmente conhecer o outro, e é o que garante uma comunicação bem sucedida.

Dentro desta perspectiva, cabe aqui lembrar que há níveis de cultura. Sendo assim, entende-se que uma análise em um nível de abstração alto fornece uma visão da força unificadora da cultura. Toda existência de interação, mesmo através da mídia, gera uma espécie de uniformidade que envolve indivíduos e etnias. Por outro lado, em um nível mais baixo de abstração, grupos mais específicos, como as etnias, podem ser descritos em termos culturais, como por exemplo: afro-americanos, etc. Indivíduos de tais grupos podem compartilhar muitos dos padrões culturais nacionais, ao mesmo tempo em que diferem significativamente nos padrões mais específicos de sua respectiva etnia, conceito entendido como herança cultural, e não genética, em termos de cultura subjetiva.

¹ *Cultura subjetiva*. Cf. p.26

É importante lembrar, ainda, que indivíduos não possuem diferentes culturas; o termo para padrões de comportamento individuais é *personalidade*.

Outro ponto importante a ser ressaltado quanto a essa questão quando tratamos de vocativos são os *estereótipos*, que podem aparecer quando acreditamos que todos os membros de determinado grupo compartilham as mesmas características, e podem ser negativos ou positivos. Em ambos os casos, encontramos problemas na comunicação intercultural, já que podemos ter a falsa sensação de que entendemos nossos interlocutores. No entanto, apesar dos problemas com estereótipos, as generalizações culturais são necessárias a fim de que não acreditemos em um individualismo ingênuo ou nos rendamos ao senso comum.

As suposições de uma perspectiva de comunicação intercultural tanto identificam quanto diferenciam a comunicação intercultural de outras ciências sociais. Assim como a comunicação interpessoal, a comunicação intercultural focaliza a interação entre os seres humanos, até mesmo via fax, e-mail etc. Para tal comunicação ocorrer, é preciso que cada participante se veja sendo percebido pelos demais. Entretanto, a ênfase na interação não significa que interculturalistas desprezam o conhecimento sobre outras culturas. A análise da interação pode ser feita basicamente em dois níveis: no da cultura específica, em que as diferenças entre duas culturas são avaliadas a partir do seu provável impacto na comunicação entre pessoas de tais grupos; e no nível da cultura geral, na qual descreve contrastes culturais gerais que são aplicáveis em várias situações de cruzamento cultural.

O processo da comunicação pode ser entendido como a criação mútua do significado; o comportamento verbal e não-verbal do comunicar e as interpretações feitas sobre ele. A comunicação cotidiana enfatiza o conteúdo enquanto os estudos da comunicação tendem a focar o processo. Tal situação acontece verdadeiramente na comunicação intercultural, onde o conteúdo aparentemente familiar ou compreensível pode esconder radicalmente os processos culturais distintos. Entretanto, o conhecimento do conteúdo não corresponde automaticamente ao domínio do processo. Vale lembrar, ainda, que a maioria das abordagens da comunicação intercultural a trata como um fenômeno puramente humano, e análises ideológicas de discurso não são privilegiadas.

Em relação aos processos de comunicação, é importante ressaltar que para

os interculturalistas, a língua é mais do que uma ferramenta de comunicação; é um sistema de representação por percepção e pensamento, o qual nos fornece categorias verbais e protótipos que nos guiam na formação de conceitos e categorização de objetos, direcionando assim, como absorvemos a realidade. No nível básico da percepção, a língua e a cultura nos guiam a fazer *figure/ground distinctions*; ou seja, o que pensamos que existe, o real, depende de distinguirmos o fenômeno como figura (*figure*) em meio ao todo (*ground*). O conceito de “figura”, no caso, pode referir-se a objetos em si, ou até mesmo a idéias e sentimentos. As barreiras entre os objetos construídos são mutáveis; isto é, o significado representado pode ser diferente dependendo grupo em questão.

Padrões de pensamento são expressos em comportamento comunicativo, logo, em situações de cruzamento cultural, é preciso estar atento a estes contrastes. Alguns grupos apresentam uma maneira linear e direta; outros, porém, precisam organizar o pensamento de maneira mais circular, contextual, mais rica em detalhes. O mesmo ocorre quanto ao modo de confrontação. A falta de consciência quanto às diferenças pode causar problemas de interpretação e desentendimentos.

Talvez o principal problema da comunicação intercultural seja como as pessoas se adaptam a outras culturas, pois o conceito de *adaptação* é freqüentemente mal interpretado, já que se confunde com o conceito de *assimilação*. Esta tem a ver com substituição, enquanto aquela tem um caráter aditivo. No entanto, a adaptação cultural ocorre por etapas, abrangendo um verdadeiro desenvolvimento entre as fases etnocêntricas e as etno-relativas: a negação, defesa, minimização, aceitação, adaptação e, por fim, a integração, cada uma com características específicas.

2.3 Conceitos da Pragmática

Dentro da Pragmática, consideramos bastante útil tratarmos da teoria dos atos de fala (Austin, [1962], Searle [1969, 1979], Levinson [1983]); das

estratégias de polidez (Brown and Levinson, 1987), e das relações presentes entre essas questões e o uso do vocativo.

2.3.1 Teoria dos Atos de Fala

A teoria dos atos de fala surge, primeiramente, com o filósofo inglês John Langshaw Austin, em um período em que havia forte preocupação com a verificabilidade e descrença das imprecisões e vácuos da linguagem comum. Na sua série de palestras (*How to do things with words*), publicadas postumamente em 1962, Austin apresenta e prova a idéia de que há enunciados que não são usados com qualquer intenção de constituírem “verdade” ou não; isto é, estes não podem ser definidos como verdadeiros ou falsos porque se referem a coisas “feitas” e não a coisas “ditas”. Pode-se afirmar que, para ele, *dizer* é transmitir informações, mas é também e, sobretudo, uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante.

Além disso, apresenta a diferença entre enunciados de caráter *constativos* e *performativos*, dizendo que estes não podem ser verdadeiros ou falsos, em virtude de sua natureza especial, em que a discussão de verdadeiro ou falso não surge. É preciso observar, no entanto, que o simples fato de proferir um enunciado performativo não garante a sua realização. Para que um enunciado performativo seja bem-sucedido, ou seja, para que a ação por ele designada seja de fato realizada, é preciso, ainda, que as circunstâncias sejam adequadas. Um enunciado performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas nulo, sem efeito: ele simplesmente fracassa. Assim, por exemplo, se um faxineiro (e não o presidente da câmara) diz *Declaro aberta a sessão*, o performativo não se realiza (isto é, a sessão não se abre), porque o faxineiro não tem poder ou autoridade para abrir a sessão. O enunciado é, portanto, nulo, sem efeito (ou, nas palavras de Austin, “infeliz”).

Aos critérios que precisam ser satisfeitos para que um enunciado performativo seja bem-sucedido, Austin denomina “condições de felicidade”. Entre elas, as principais são:

. falante deve ter autoridade para executar o ato;

. as circunstâncias em que as palavras são proferidas devem ser apropriadas (se o presidente da Câmara declara aberta a sessão, sozinho, em sua casa, o performativo não se realiza, porque não está sendo enunciado nas circunstâncias apropriadas).

Austin conclui que todos os enunciados são *performativos* (porque, no momento em que são enunciados, realizam algum tipo de ação), e retoma o problema em novas bases, identificando três atos simultâneos que se realizam em cada enunciado:

(i) ato locucionário: a declaração de um enunciado com determinado sentido;

(ii) ato ilocucionário: a intenção presente ao se proferir o enunciado (foco de interesse maior dos estudos de Austin é o segundo tipo e é a ele que a nomenclatura “ato de fala” se refere).

(iii) ato perlocucionário: o efeito provocado nos ouvintes.

Levinson afirma que Searle (1969, 1979), em geral, deu continuidade à teoria de Austin, e acrescenta que Searle sugere que “as condições de felicidade não são meramente dimensões nas quais as declarações podem ser erradas, e sim uma união de várias forças ilocucionárias” (1983:238).

Ainda segundo Searle (1976), há cinco formas básicas de ação que alguém pode realizar quando fala; a partir dos seguintes modos de declaração:

(i) representativos: asserções, conclusões etc;

(ii) diretivos: questionamentos, pedidos etc;

(iii) comissivos: promessas, ameaças, ofertas etc;

(iv) expressivos: agradecimento, desculpas, recepções, congratulações etc.

Levinson (1983) afirma, porém, que tal classificação não é apresentada com base nas condições de felicidade; logo, não pode ser entendida como definitiva. E prossegue discutindo a natureza e os efeitos dos atos de fala; afirma

que *ilocuções* talvez sejam finitas, enquanto *perlocuções* não são da mesma forma em princípio, e não parece haver uma razão clara para justificar por que a *perlocução* varia de cultura para cultura.

Quando o falante (interactante) profere uma sentença, há duas formas abrangentes que podem ser adotadas: em uma delas, ele fala e *significa* exatamente o que foi dito, convencionalmente aceito na cultura em questão; na outra, ele fala, mas sua intenção está implícita. Nesse caso, chamamos tais atos de fala de *indiretos*. A opção entre tais formas dependerá de fatores como o grau de envolvimento com o interlocutor, a intenção do falante, aceitação cultural social etc.

Searle (1979) afirma que o problema apresentado pelos atos de fala indiretos existe por ser possível que o falante diga algo e, ao mesmo tempo, signifique outra idéia. Tendo em vista que parte do significado consiste na intenção de produzir compreensão no ouvinte, considerável parte do problema é como se torna possível para o ouvinte compreender a mensagem em tal contexto, sem equívocos.

O autor defende a hipótese de que nos atos de fala indiretos, o falante comunica ao ouvinte mais do que aquilo que ele, de fato, fala. Isso porque confia, de certa maneira, no *background* de informações compartilhadas mutuamente (lingüísticas e não-lingüísticas), juntamente com poderes de racionalidade e inferência da parte do ouvinte. Caso tal compartilhamento não exista, a compreensão efetiva fica comprometida. Na maioria das vezes, a principal motivação da *indiretividade* é a necessidade de termos “educação”, de sermos “polite”.

2.3.2 O vocativo como um ato de fala

Tendo em vista as concepções de ato de fala que apresentamos no tópico anterior, apresentamos então, o vocativo como um exemplo de tal categoria. Ao empregarmos determinado vocábulo com esta função no discurso, há sempre um conjunto de aspectos referentes ao tipo de relação existente entre os interactantes, e é exatamente isso que influencia e define a forma de nos referirmos uns aos outros. Em um texto, nada é aleatório, ou carece de significado; pelo contrário: tudo significa e, com o vocativo, não é diferente, uma vez que ele traz para o texto as marcas da relação social estabelecida entre o locutor e seu interlocutor.

O vocativo é um elemento que guarda uma relação específica com a construção da referência, visto que pode reenviar a relações de parentesco, a relações sociais e, também, há certos vocativos que não remetem a nada específico, como por exemplo, *senhor* e *senhora*; no entanto, apesar de não indicarem algo muito preciso, expressam uma avaliação do locutor em relação à distância e/ou proximidade que suscita as condições de produção de tal termo. Interessa-nos neste trabalho, exatamente, tentar compreender o processo de significação que leva o locutor a enunciar tal vocativo, pois isso é o que se torna pertinente à análise do vocativo enquanto *ato de fala*. No caso de *senhor* e *senhora*, por exemplo, através de uma análise desse estilo, é possível depreender se é uma relação hierarquizada, a qual requer o uso de tais termos para se referir àquele que está em um lugar marcado pela superioridade, ou se é uma enunciação marcada pela carga de formalismo exigida pelo distanciamento entre locutores que pouco ou nada se conhecem. Sobre isso, Augustini (2004, p.8) acrescenta:

O vocativo é importante à construção enunciativa dos sentidos do texto em que aparece; já que se configura como vestígios pertinentes da diretividade do dizer; balizando, em certo sentido, o que foi dito em relação ao que poderia ou deveria ter sido dito a partir de tal posição em uma conjuntura social dada.

A razão pela qual o vocativo deve ser visto como um elemento com pertinência semântica está no fato de que sua retirada do texto pode afetar a construção discursiva em questão. Exatamente por esse motivo, as escolhas dos

vocativos não são feitas aleatoriamente, mas a partir das intenções comunicativas por parte do locutor em cada contexto de interação.

2.3.3

O vocativo e as estratégias de polidez

Brown e Levinson (1987) tratam de dois tipos de indiretividade quando elaboram os princípios de polidez: a convencional e a não convencional. A indiretividade convencional consiste em um tipo de estratégia de polidez negativa, realizada de modo que o falante indica o seu desejo de tê-la proferido indiretamente, podendo ser realizada através de recursos como a modalização ou a preparação textual.

No entanto, a indiretividade não convencional depende, sobretudo, do contexto, sendo realizada a partir do uso de metáforas, insinuações, ironias, pistas associativas etc. Desta forma, não existe um comprometimento do falante com uma intenção relativa ao que foi dito anteriormente. Em tal tipo de ato, a intenção do falante não é indicada de maneira direta; só a partir das inferências feitas pelo ouvinte será possível definir se o ato funciona como estratégia de polidez positiva ou negativa, pois sua interpretação dependerá do efeito de sentido que o mesmo terá sobre o interlocutor. Os recursos usados nestes tipos de estratégias indiretas estão relacionados, por exemplo, ao emprego de insinuações, pistas associativas, minimização, exagero, metáforas e ambigüidade. Sendo assim, entendemos que os vocativos estão compreendidos nesta dinâmica das estratégias de polidez.

A manipulação dessas estratégias, nos sentidos positivo e negativo, e nas formas direta ou indireta, implícita ou explícita, dependendo da relevância das situações e/ou das circunstâncias e da soma dos fatores condicionadores, poderá fazer surtir no comportamento do(s) outro(s) um efeito prático que diminuirá ou acentuará o poder relativo de cada um. É também mediante o manejo dessas estratégias que preparamos as condições de êxito (de felicidade) dos nossos desejos e intenções. (Souza, 1996, p.42)

Heye (1070) afirma que o uso dos vocativos é bastante freqüente nas interações conversacionais cotidianas, variando diretamente em função de fatores sociológicos fortemente influentes. O autor ainda ressalta que cada ato

comunicativo envolve no mínimo um transmissor e um receptor. E chama também a atenção para os atributos sociológicos mais importantes dos participantes e diretamente influentes na comunicação, a saber: sexo, idade, profissão e posição social. Tais aspectos são considerados determinantes de direitos, privilégios e obrigações na sociedade.

2.4 Gramática Funcional

O conceito de *funcionalismo* adotado neste trabalho é aquele que investiga a prática significativa social; entendendo a língua como um meio de interação social. Halliday (1976), um dos autores de tal filosofia, defende que, para se estudar o sistema gramatical da linguagem, é obrigatório que o relacione às necessidades sociais e pessoais que tal sistema atenderá. Em seu trabalho de 1994, Halliday concebe, então, um modelo de gramática funcional, definida devido a três razões principais. Afirma que uma gramática deve ser funcional uma vez que deve propor-se a explicar como a língua é usada de fato. Freitas (2000, p.16) apresenta um bom resumo de tais questões.

Se a língua desenvolveu-se para satisfazer as necessidades do homem, a forma como está organizada é funcional, em respeito a essas necessidades que levaram à sua criação, portanto sua forma não pode ser arbitrária. [...] Em segundo lugar, os componentes essenciais do significado na língua são componentes funcionais. Todas as línguas são organizadas acerca de dois tipos fundamentais de significado ou componentes, sendo eles: (i) o ideacional ou reflexivo, que manifesta o propósito de compreender o ambiente; (ii) o interpessoal ou ativo, que manifesta o propósito de agir com outros no ambiente; (iii) o textual, que se combina aos outros componentes, sendo de extrema relevância para os outros dois. Assim como os demais, este também é um componente meta-funcional. O terceiro componente é imprescindível para os demais uma vez que cada texto, seja ele escrito ou falado, desdobra-se em um contexto de uso, elementar para a compreensão dos outros dois componentes. Finalmente, a última razão apresentada por Halliday mostra-se importantíssima já que aponta para o fato de que cada elemento na língua pode ser explicado através da referência a sua função dentro do sistema lingüístico atual. Neste sentido, uma gramática funcional é aquela que explica todas as unidades de uma língua – sentenças, expressões etc – como configurações orgânicas das funções. Cada parte é entendida como funcional em relação ao todo.

Na perspectiva do quadro teórico da gramática sistêmico-funcional, a linguagem passa a ser considerada como um sistema de construção de significados, abandonando, assim, a perspectiva outrora hegemônica, que entendia a linguagem como representação do pensamento ou como apenas um instrumento de comunicação. Na ótica da gramática sistêmico-funcional, a linguagem é vista como o espaço em que interagimos com o outro, construindo e reconstruindo significados, fato que revela o caráter dinâmico da linguagem.

A gramática funcional de Halliday se destina a vários propósitos, entre os quais se destacam, tendo em vista o assunto deste trabalho, (i) a compreensão da natureza e das funções da linguagem; (ii) a compreensão dos atributos de textos (os motivos que os levam a certas significações e valores); (iii) a compreensão das relações língua/ cultura e língua/situação; (iv) a criação de sistemas para a produção e compreensão da fala, em que a fala é analisada através de sua conversão (entendida aqui como codificação realizada por meio dos instrumentos oferecidos pela escrita); (v) o auxílio no aprendizado de línguas estrangeiras. A última aplicação mencionada muito se encaixa no teor deste trabalho, uma vez que a gramática de Halliday contribui como base teórica a pesquisas que visam auxiliar o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

Além disso, outro aspecto importante de sua obra (1989), e pertinente a este trabalho, é a defesa de que o discurso oral não deve ser visto como possuidor de menos complexidade de significado e estrutura do que o discurso escrito: “O discurso oral não é, de fato, menos estruturado ou organizado do que o discurso escrito. Não poderia ser diferente, uma vez que ambos são manifestações do mesmo sistema”² (Halliday, 1989, p.79).

Mattoso Câmara (1969) afirma que uma das dificuldades com que se tem defrontado a gramática descritiva reside na vasta variabilidade da língua no seu uso em determinado momento. Ele nos assegura que a língua portuguesa varia no espaço, dando origem a dialetos regionais; varia na “hierarquia social”, estabelecendo os chamados “dialetos sociais”, e ainda varia para um mesmo indivíduo, de acordo com a situação em que se encontra.

² Original: “The spoken language is, in fact, no less structured and highly organised than the written. It could not be otherwise, since both are manifestations of the same system”

2.5 Metodologia

A idéia de estudar a questão do uso dos vocativos surgiu durante uma aula da disciplina de Aspectos Gramaticais do ensino do Português para estrangeiros, cursada no primeiro semestre de 2008, ministrada pela professora Rosa Marina de Brito Meyer, em que uma colega apresentava um trabalho sobre determinada questão gramatical e, como exemplificação, levou para a turma, revistas em quadrinhos. Ao receber uma delas, foi impossível não prender a atenção em uma das histórias, a qual começava da seguinte forma: “*E ai, mermão? Tá lembrado de mim?!*”. A partir de então, a questão dos vocativos surgiu como um tópico interessante a ser estudado no trabalho de fim de semestre e, mais adiante, por ter se tornado fonte de mais questionamentos, tornou-se o tema desta dissertação.

A fim de estudar e categorizar a realidade do uso do vocativo, optamos por uma pesquisa de ordem predominantemente qualitativa, uma vez que nos é interessante e necessário saber não só a frequência das expressões, mas também os contextos e o grau de consciência dos falantes em suas escolhas.

A coleta do corpus analisado neste trabalho foi feita através de questionários preenchidos por 30 informantes cariocas, jovens de classe média com idades entre 18 e 25 anos. O mesmo questionário foi preenchido também por 30 informantes estrangeiros, do curso de nível intermediário de português como língua estrangeira da PUC-Rio,

A partir de tais dados, desenvolvemos uma análise basicamente comparativa e descritiva. Propusemos, então, uma categorização baseada em parâmetros definidos como prioritários para esta pesquisa: proximidade e afastamento nas interações, estratégias de polidez e inadequações lingüístico-situacionais.